

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE – COMMAM NO ANO DE 2022, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO**

No dia 22 de março de 2022, os integrantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Pedro Leopoldo reuniram-se de forma online, através do aplicativo Google Meet (<https://meet.google.com/nmq-gbpi-mpi>), devido a pandemia de COVID 19, para realização da 1ª reunião Ordinária do Conselho no ano de 2022. O início da sessão se deu às 14:16 h. Na reunião, presidida pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Presidente do COMMAM, o Sr. Mauro Lobato Martins, estavam presentes: a Sra. Márcia Adriane Lopes, representante suplente da Sociedade Civil Organizada – Associação Magalhães; o Sr. Múcio Túlio Teixeira Alvim, representante titular dos Mineradores; a Sra. Conceição Lima Lopes, representante titular das ONGS; o Sr. Amarílio Pimenta de Lucena Ruas, representante suplente da Sociedade Civil Organizada – Lyons; a Sra. Isabella Vieira Santos, representante titular da Administração Estadual – COPASA; a Sra. Raisal Karina Costa, representante titular da ASEP; a Sra. Camila Vieira dos Santos, representante suplente da ASEP; o Sr. Roni Nazário de Oliveira, representante suplente da Secretaria de Saúde. Na qualidade de ouvintes, convidados e membros da Secretaria de Meio Ambiente, estiveram presentes a Sra. Germânia Florência Pereira Gonçalves, Assistente Administrativa da Secretaria de Meio Ambiente, Sra. Silvaney Geralda Corrêa, Assessora Técnica da Secretaria de Meio Ambiente e o Sr. Leonardo Vieira Costa e Silva, Biólogo da Secretaria de Meio Ambiente. Passando para o primeiro item da pauta, aprovação da ata da reunião ordinária do mês de novembro de 2021, a mesma foi aprovada por todos os membros presentes. A ATA de Dezembro não foi enviada aos membros por ter sido apagada do computador da servidora. A Sra. Márcia Lopes reforçou o encaminhamento do Conselheiro Roni Nazário quanto a solicitação de reunião com a Associação de Bairro do Andyara para verificar a arborização do local e solicitou retorno sobre informações acerca da Ação Civil Pública sobre a APE Urubu que teria um retorno do jurídico para se decidir qual o próximo passo. O Sr. Mauro Lobato explicou que na semana anterior, foi feita uma reunião virtual com a Supram na qual foi respondido pelo órgão que, quando o processo for relacionado a EIA RIMA eles pedirão anuência ao IEF; quando forem outros processos a Supram apenas dará ciência ao IEF; quanto aos empreendimentos não passíveis de licenciamento, ficará a cargo do município decidir, de acordo com a lei de ocupação do solo, se comunica ou não. O Sr. Mauro Lobato explicou que verificará, em reunião junto ao IEF que já foi solicitada, a

possibilidade de transformar a APE em outra tipo de unidade dentro do SNUC. Ainda não existe, por parte do IEF, uma postura com relação a APE Urubu. O Sr. Mauro Lobato propôs que a próxima reunião do COMMAM seja presencial. A Sra. Márcia Lopes ressaltou que quer conhecer o viveiro de mudas e solicitou que se tenha um hábito de datas para reunião do Conselho para os conselheiros se organizarem melhor. O Sr. Mauro Lobato sugeriu a elaboração de um calendário anual. Passando ao primeiro item da pauta, análise de solicitação de supressão vegetal de 01 (uma) árvore, conhecida como pequizeiro, situada em área particular, à Rua Raimundo Félix, nº 731, Bairro Novo Campinho, no município de Pedro Leopoldo. O Sr. Leonardo Viana apresentou o relatório explicando que o projeto já está aprovado pois é anterior ao pedido do COMMAM de que todos os processos que tiverem solicitação de supressão de espécies protegidas, passem primeiro pelo Conselho. A árvore está localizada no meio do terreno, e o empreendedor está aguardando desde novembro a decisão do Conselho já estando ansioso. O parecer da SMMA foi favorável a supressão pelo fato do pequizeiro estar no meio do lote e inviabilizar a construção. O Sr. Amarílio Lucena questionou se terá compensação e o Sr. Leonardo Viana respondeu que sim. A Sra. Márcia Lopes solicitou que nos próximos relatórios, as árvores sejam mais detalhadas nas fotografias dos relatórios. O Sr. Mauro Lobato informou ao COMMAM que a Secretaria foi procurada pelo condomínio Fazenda da Barra que explicou que algumas pessoas estão desistindo de comprar lotes que tenham árvores, por receio do Conselho não aprovar as supressões. Ele disse que se tem que pensar que o loteamento foi aprovado e foi estabelecido todas as áreas devidas com arborização, área verde e outros. Nesse caso quando se impede um processo de supressão em lotes, que não as protegidas, isso parece contraditório ao que foi aprovado no loteamento. Ele ressaltou que temos que tentar compensar essa supressão com a arborização urbana. Outro quesito é definir se vai haver supressão de pequizeiro ou será definido que onde se tem pequi não deve ter lote por não poder ser aprovado o corte. A Sra. Márcia Lopes ressaltou que tem que ficar bem claro que a sugestão do COMMAM é que a SMMA e SECPLAN trabalhem juntos para buscar uma alternativa desde o planejamento da obra. Ela ressaltou que e acaba saindo essas observações que não vai comprar lote porque o COMMAM vai impedir a construção o que não é verdade. O loteador faz a compensação das vias para construção do loteamento e os lotes passarão por análise no momento de construção do lote. Haverá uma mediação e não como proibição. O Sr. Mauro Lobato explicou que o que transparece é a possibilidade de uma não aprovação e as pessoas não querem correr

esse risco por isso é necessário preciso afinar melhor. A Sra. Márcia Lopes ressaltou que o COMMAM segue a DN 09. O Sr. Mauro Lobato disse que concorda com as medidas compensatórias em áreas verdes caso não tenham muitas árvores, e a entrega do loteamento com praças e arruamentos arborizados para se realmente comprovar a compensação porém acha que não é possível fazer tantas exigências em uma área de adensamento populacional. O Sr. Mauro Lobato propôs que as medidas compensatórias se deem na área verde do Santa Tereza. Ele também disse que tem a ideia de propor um seminário com engenheiros e arquitetos para falar um pouco sobre a necessidade de se preservar as áreas verdes e as árvores isoladas. A Sra. Conceição Lima sugeriu que se verifique outros empreendedores para plantar no Santa Tereza porque a área está sendo invadida. O Sr. Mauro Lobato explicou que será feito um cercamento no local, através de uma compensação de loteamento. Várias invasões já foram notificadas e retiradas e tem-se somente uma invasão de um estábulo que já foi notificado. Colocado em votação todos os membros presentes com direito a voto: Mauro Lobato Martins, Márcia Adriane Lopes, Múcio Túlio Teixeira Alvim, Conceição Lima Lopes, Amarílio Pimenta de Lucena Ruas, Isabella Vieira Santos, Raisa Karina Costa e Roni Nazário de Oliveira foram favoráveis, ficando definido como compensação, o plantio de 10 (dez) árvores do tipo Pequi na Área Verde Santa Tereza. Passando ao próximo item, análise de solicitação de supressão vegetal de várias árvores com risco de queda, situadas em área verde Municipal aos fundos da Rua Celso Nery Costa, nº 100, Bairro Serra Negra. O Sr. Leonardo Viana explicou que a rua Celso Nery Costa, faz divisa com a área verde e foi feito vistoria no local, junto a Defesa Civil e verificou-se que o local é muito inclinado, com árvores muito grandes que estão pendendo para o fundo da casa do morador, além de grande risco de deslizamento do barranco que é muito íngreme já que as árvores são muito pesadas. Foi recomendado a supressão de algumas árvores próximas a casa e um acero no local já que o mesmo é propício para incêndios. O Sr. Amarílio Lucena questionou se essa área é de responsabilidade da prefeitura o que foi respondido pelo Sr. Leonardo Viana que sim. A Sra. Márcia Lopes ponderou que se tirar as árvores o barranco vai descer, portanto tem que ter um projeto para evitar o deslizamento. Ela questionou como será feito o acero em área de barranco e foi respondido que o acero será somente em parte do barranco e na parte baixa. O Sr. Leonardo Viana ressaltou que é interessante levar esse processo para o Planejamento para elaborar um projeto para o local. A Sra. Márcia Lopes disse que tem que fazer com urgência o projeto para evitar danos. O Sr. Múcio Alvim sugeriu que antes de passar para o Planejamento, seja feita

uma visita ao local porque envolve vidas. O Sr. Leonardo Viana disse que vai entrar em contato com o proprietário agendar um horário. O processo foi retirado de pauta. Passando aos informes gerais, o Sr. Mauro Lobato explicou que, com relação ao Bairro Morada dos Angicos, o Município está como polo passivo em uma ação civil pública para elaboração de um PRAD de uma antiga lagoa que foi totalmente assoreada por drenagem malfeita no bairro. A Prefeitura aterra todo ano e a chuva leva para essa lagoa que verte para Mocambeiro. O PRAD tem que ser feito com uma proposta para resolver essa questão. Algumas ruas estão sendo asfaltadas para evitar a erosão da lagoa. O prazo é de 30 dias para confecção e deverá ser submetido ao ICMBio. Outro informe explicado pelo Presidente é que foi realizado um mutirão de castração na semana passada, junto a ONG Irmão Bicho através do deputado Noraldino, e foram castrados 440 animais. Ele explicou que está se avançando nessa política e tem-se a intenção que na próxima castração os animais de rua sejam prioridades porém precisa-se de local para eles ficarem pós a cirurgia. Está se preparando, junto a a médica veterinária da Prefeitura, um local para recebimento desses animais. A Sra. Márcia Lopes solicitou que seja apresentado para os conselheiros a política pública que está sendo desenvolvida pela Prefeitura para os animais. Não havendo mais a tratar, encerra-se a presente reunião às 16:19 pois a Prefeitura ficou sem conexão com a internet.